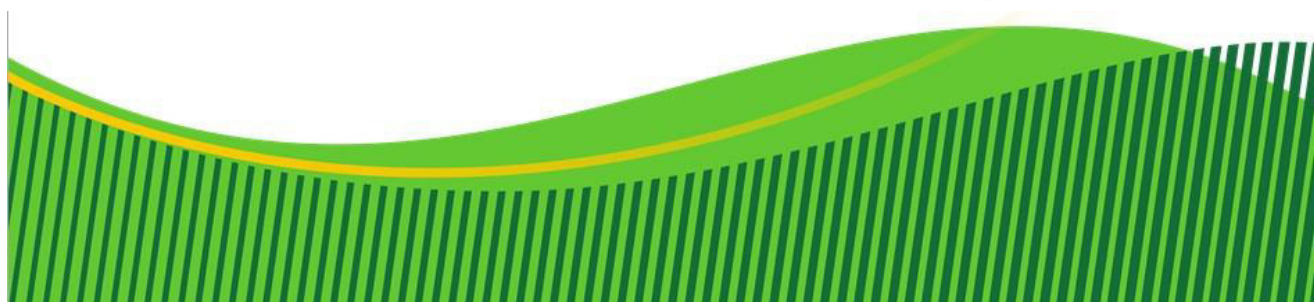


Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
Espumoso/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	430.164	347.802	CIRCULANTE	208.453	187.082
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	3.168	1.530	DEPÓSITOS (NOTA 12)	50.785	41.852
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	10.546	-	Depósitos à Vista	41.288	38.310
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.546	-	Depósitos Interfinanceiros	5.785	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	104.372	-	Depósitos a Prazo	3.712	3.542
Carteira Própria	104.372	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	134.829	126.691
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	44.115	126.862	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	1
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	3.575	310	Repesses Interfinanceiros (NOTA 13)	134.829	126.690
Correspondentes no país	291	347	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	804	625
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	40.249	126.205	Recursos em Trânsito de Terceiros	804	625
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	257.513	210.415	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	5	-
Operações de Crédito	273.472	223.190	Empréstimos País - Outras Instituições	5	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(15.959)	(12.775)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	22.030	17.914
OUTROS CRÉDITOS	10.204	8.035	Cobrança e Arrecadação de Tributos	155	89
Créditos por Avals e Franças Honorados (NOTA 07)	215	89	Sociais e Estatutárias	7.605	5.955
Rendas a Receber	1.104	1.029	Fiscais e Previdenciárias	627	562
Créditos Específicos	463	437	Diversas (NOTA 15)	13.643	11.308
Diversos (NOTA 07 e 08)	9.286	7.119			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(864)	(639)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	246	960			
Outros Valores e Bens	543	1.280			
(Provisão para desvalorização)	(350)	(350)			
Despesas Antecipadas	53	30			
NÃO CIRCULANTE	130.990	107.633	NÃO CIRCULANTE	175.225	116.874
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	130.990	107.663	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	175.225	116.874
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	18.974	42.174	DEPÓSITOS (NOTA 12)	145.311	111.785
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.974	42.174	Depósitos Interfinanceiros	-	5.459
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	84.045	42.605	Depósitos a Prazo	145.311	106.326
Operações de Crédito	96.372	55.073	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	22.079	5.089
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(12.327)	(12.468)	Repesses Interfinanceiros (NOTA 13)	22.079	5.089
OUTROS CRÉDITOS	948	1	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	7.835	-
Créditos por Avals e Franças Honorados	86	182	Empréstimos País - Outras Instituições	7.835	-
Diversos (NOTA 08)	960	1			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(98)	(182)			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	15.256	14.501	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	177.476	151.479
Outros Investimentos	15.256	14.501	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	68.336	61.175
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	9.749	6.049	De Domiciliados no País	68.441	61.194
Imóveis de Uso	4.125	3.512	(Capital a Realizar)	(105)	(19)
Outras Imobilizações de Uso	8.746	5.101	RESERVAS DE SOBRAS	103.440	84.426
(Depreciação acumulada)	(3.122)	(2.564)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.700	5.878
INTANGÍVEL (NOTA 11)	2.018	2.303			
Outros Ativos Intangíveis	4.796	4.557			
(Amortização acumulada)	(2.778)	(2.254)			
TOTAL DO ATIVO	561.154	455.435	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	561.154	455.435

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	(Não auditado)		Total	Ato Não Cooperativo		Total	Ato Não Cooperativo		Total
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30.030	-	30.030	54.843	-	54.843	45.195	-	45.195
Operações de Crédito	28.716	-	28.716	52.238	-	52.238	44.700	-	44.700
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.295	-	1.295	2.555	-	2.555	442	-	442
Resultado das Aplicações Compulsórias	19	-	19	50	-	50	53	-	53
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(11.775)	(15)	(11.790)	(19.243)	(27)	(19.270)	(18.398)	(23)	(18.421)
Operações de Captação no Mercado	(3.515)	(14)	(3.529)	(7.020)	(27)	(7.047)	(6.544)	(23)	(6.567)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.814)	(1)	(3.815)	(7.343)	-	(7.343)	(7.377)	-	(7.377)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.446)	-	(4.446)	(4.880)	-	(4.880)	(4.477)	-	(4.477)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.255	(15)	18.240	35.600	(27)	35.573	26.797	(23)	26.774
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.401)	2.715	(2.686)	(8.849)	4.948	(3.901)	(1.646)	4.507	2.861
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.752	4.354	6.106	3.538	8.219	11.757	3.488	6.964	10.452
Rendas de Tarifas Bancárias	1.608	-	1.608	3.031	-	3.031	2.658	-	2.658
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.282)	(725)	(7.007)	(11.263)	(1.538)	(12.801)	(9.776)	(1.118)	(10.894)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(3.906)	(518)	(4.424)	(7.477)	(976)	(8.453)	(6.348)	(811)	(7.159)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(3)	(213)	(216)	(41)	(398)	(439)	(62)	(315)	(377)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	5.294	66	5.360	11.074	102	11.176	15.199	190	15.389
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(3.864)	(249)	(4.113)	(7.711)	(461)	(8.172)	(6.805)	(403)	(7.208)
RESULTADO OPERACIONAL	12.854	2.700	15.554	26.751	4.921	31.672	25.151	4.484	29.635
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.110	-	1.110	1.107	12	1.119	5	1	6
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	13.964	2.700	16.664	27.858	4.933	32.791	25.156	4.485	29.641
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	319	319	-	(298)	(298)	-	(242)	(242)
Provisão para Imposto de Renda	-	204	204	-	(176)	(176)	-	(134)	(134)
Provisão para Contribuição Social	-	115	115	-	(122)	(122)	-	(108)	(108)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.201)	-	(1.201)	(2.271)	-	(2.271)	(2.036)	-	(2.036)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	12.763	3.019	15.782	25.587	4.635	30.222	23.120	4.243	27.363
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.635	(4.635)	-	4.243	(4.243)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	12.763	3.019	15.782	30.222	-	30.222	27.363	-	27.363
DESTINAÇÕES	-	-	-	(24.522)	-	(24.522)	(21.485)	-	(21.485)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.773)	-	(3.773)	(3.399)	-	(3.399)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.239)	-	(1.239)	(1.176)	-	(1.176)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(17.348)	-	(17.348)	(16.459)	-	(16.459)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.053)	-	(1.053)	(451)	-	(451)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(613)	-	(613)	-	-	-
Fundo Filantrópico	-	-	-	(496)	-	(496)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.700	-	5.700	5.878	-	5.878

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	53.458	67.516	4.893	125.867
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	4.878	-	(4.878)	-
Outras destinações	-	-	(15)	(15)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.261	-	-	1.261
Baixas de capital	(1.770)	-	-	(1.770)
Resultado do período	-	-	27.363	27.363
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.176)	(1.176)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.459	(16.459)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.348	-	(3.399)	(51)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	451	(451)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	61.175	84.426	5.878	151.479
Mutações do Período	7.717	16.910	985	25.612
Saldos no início do período em 01/01/2019	61.175	84.426	5.878	151.479
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	3.588	-	(5.379)	(1.791)
Outras destinações	-	-	(29)	(29)
Fundo Social	-	-	(470)	(470)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.842	-	-	1.842
Baixas de capital	(1.965)	-	-	(1.965)
Resultado do período	-	-	30.222	30.222
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.239)	(1.239)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.348	(17.348)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.696	-	(3.773)	(77)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.053	(1.053)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	613	(613)	-
Fundo Filantrópico	-	-	(496)	(496)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	68.336	103.440	5.700	177.476
Mutações do Período	7.161	19.014	(178)	25.997
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	64.509	84.426	14.440	163.375
Capital de associados				
Aumento de capital	1.110	-	-	1.110
Baixas de capital	(979)	-	-	(979)
Resultado do período	-	-	15.782	15.782
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.239)	(1.239)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.348	(17.348)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.696	-	(3.773)	(77)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.053	(1.053)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	613	(613)	-
Fundo Filantrópico	-	-	(496)	(496)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	68.336	103.440	5.700	177.476
Mutações do Período	3.827	19.014	(8.740)	14.101

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	18.586	33.353	30.733
Resultado do semestre/exercício	15.782	30.222	27.363
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.804	3.131	3.370
Provisão para operações de crédito	3.422	3.043	3.523
Provisão para outros crédito	123	141	4
Depreciação do imobilizado de uso	359	671	526
Amortização do intangível	273	524	470
Baixas do ativo permanente	-	1	12
(Reversão) para passivos contingentes	(89)	(75)	(3)
Destinações ao FATES	(1.239)	(1.239)	(1.176)
Dividendos SicrediPar	(45)	65	14
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(87.124)	(109.319)	(58.919)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	11.318	12.653	(40.541)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(104.372)	(104.372)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.230	-	-
(Aumento) em créditos vinculados	(3.072)	(3.266)	(310)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(176)	56	365
(Aumento) em operações de crédito	(64.124)	(91.581)	(34.968)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	32.684	25.128	18.003
(Aumento) em outros créditos	(2.997)	(3.318)	(1.385)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.130	714	(364)
Aumento em depósitos	29.276	42.458	6.540
Aumento em relações interdependências passivas	471	178	198
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	7.840	7.840	(8.431)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(411)	(865)	(757)
Aumento em outras obrigações	4.079	5.056	2.731
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(68.538)	(75.966)	(28.186)
Aquisição de Investimentos	(755)	(755)	(836)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.240)	(4.372)	(1.465)
Aplicações no Intangível	(78)	(239)	(918)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.073)	(5.366)	(3.219)
Integralização de capital	1.110	1.842	1.261
Baixa de capital	(979)	(1.965)	(1.770)
Juros ao capital próprio	(77)	(77)	(51)
Fundo Filantrópico	(496)	(496)	-
Distribuição de Sobras	-	(2.290)	(15)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(442)	(2.986)	(575)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(72.053)	(84.318)	(31.980)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	115.470	127.735	159.715
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	43.417	43.417	127.735

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 27/06/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
 - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
 - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 03 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	3.168	1.530
Caixa	3.168	1.530
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	40.249	126.205
Total	43.417	127.735

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI(2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.546	-
DI entre Banco e Cooperativas	10.546	-
Total circulante	10.546	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.974	42.174
DI entre Banco e Cooperativas	18.974	39.424
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.750
Total não circulante	18.974	42.174

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa	104.372	-
Total circulante	104.372	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	89.101	60.859	149.960	105.703
Financiamentos	9.803	13.980	23.783	13.701
Financiamentos rurais e agroindustriais	174.568	21.533	196.101	158.859
Carteira total	273.472	96.372	369.844	278.263

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honorados	215	86	301	271
Devedores por compra de valores e bens	304	958	1.262	62
Títulos e créditos a receber (i)	8.216	2	8.218	6.075
Total	8.735	1.046	9.781	6.408

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	13	-	-
Nível A	0,50	60.638	46.528	303	233
Nível B	1,00	165.459	116.950	1.654	1.170
Nível C	3,00	82.266	61.416	2.468	1.842
Nível D	10,00	43.060	37.105	4.306	3.711
Nível E	30,00	7.856	2.429	2.357	729
Nível F	50,00	3.567	2.991	1.784	1.496
Nível G	70,00	2.884	2.636	2.019	1.845
Nível H	100,00	13.895	14.603	13.895	14.603
Total (i)		379.625	284.671	28.786	25.629

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 462 (2018 - R\$ 435).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.796	22.571	52.734	48.200	125.301	94.183
Rural	172	39.912	134.484	21.533	196.101	158.859
Industrial	-	920	1.724	3.611	6.255	5.511
Comércio	77	6.470	10.016	12.164	28.727	19.643
Outros Serviços	185	4.739	6.407	11.910	23.241	6.475
Total	2.230	74.612	205.365	97.418	379.625	284.671

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	51.561	13,58	45.535	16,00
50 devedores seguintes	85.120	22,42	70.311	24,70
100 devedores seguintes	67.780	17,85	46.998	16,51
Demais	175.164	46,14	121.827	42,80
Total	379.625	100	284.671	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	26.064	22.537
Constituição de provisão	4.880	4.477
Movimentação de baixados para prejuízo	(1.696)	(950)
Saldo final	29.248	26.064

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.468 (2018 - R\$ 1.692), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 5.664 (2018 - R\$ 5.582).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	27	40
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	350	341
Devedores por compra de valores e bens	304	62
Impostos e contribuições a compensar	134	361
Títulos e créditos a receber (ii)	8.216	6.074
Operações com cartões	159	165
Pendências a regularizar	60	8
Outros	36	68
Total Circulante	9.286	7.119
Devedores por compra de valores e bens	958	-
Títulos e créditos a receber (ii)	2	1
Total não circulante	960	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	536	1.277
Imóveis	536	1.211
Veículos e afins	-	66
Material em estoque	7	3
Despesas antecipadas	53	30
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(350)	(350)
Total Circulante	246	960

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 350 (2018 - R\$ 350) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	8.004	7.808
Sicredi Participações S.A.	7.251	6.692
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	15.256	14.501

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	2.534.447 ON	2.170.724 ON	1	1	8.003.891	7.807.693
	5.274.592 PN	4.521.499 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,74%	0,76%	0,62%	0,62%	2,05%	2,04%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	7.251	6.692	1	1	8.004	7.808

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	12.871	(3.122)	9.749	6.049
Imobilizações em curso	-	3.422	-	3.422	623
Terrenos	-	275	-	275	275
Edificações	4%	3.850	(640)	3.210	2.763
Instalações	10%	1.015	(447)	568	656
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.515	(981)	1.534	1.215
Sistema de comunicação	10%	47	(42)	5	6
Sistema de processamento de dados	20%	1.046	(640)	406	268
Sistema de segurança	10%	215	(90)	125	69
Sistema de transporte	20%	486	(282)	204	174
Intangível (i)		4.796	(2.778)	2.018	2.303
Investimentos Confederação		4.796	(2.778)	2.018	2.303
Total		17.667	(5.900)	11.767	8.352

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	41.288	-	-	41.288	38.310
Depósitos Interfinanceiros	-	5.785	-	5.785	5.459
Depósitos a prazo	3.673	39	145.311	149.023	109.868
Total	44.961	5.824	145.311	196.096	153.637

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	134.829	126.690
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	134.829	126.690
Total circulante	134.829	126.690
Recursos do Crédito Rural	22.079	5.089
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	22.079	5.089
Total não circulante	22.079	5.089

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/06/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	5	-
Outras instituições	5	-
Total circulante	5	-
Empréstimos no País - outras instituições	7.835	-
Outras instituições	7.835	-
Total não circulante	7.835	-

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Obrigações por convênios oficiais	1	1
Provisão para pagamentos a efetuar	1.157	1.083
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	191	266
Outras Contingências	4	3
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3.743	3.360
Pendências a regularizar	12	38
Operações com cartões	7.794	5.933
Demais fornecedores	334	247
Credores diversos	407	377
Total circulante	13.643	11.308

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	30	50	-	80
Cível	236	14	(139)	111
Total	266	64	(139)	191

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	80	30
Cível	Provável	111	236
Total		191	266

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 19; R\$ 57 (2018 - R\$ 13 e R\$ 57), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	68.336	61.175
Total de associados	17.924	17.387

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.161 (2018 – R\$ 7.717), sendo R\$ 7.284 (2018 – R\$ 8.226) via integralização de resultados e R\$ 1.842 (2018 – R\$ 1.261), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.965 (2018 – R\$ 1.770).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.773, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES e 2% para o Fundo Filantrópico.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 628 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais". Desse montante, o valor de R\$ 613 não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinado para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2019 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, "c" e "d"), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	30.520	27.605
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(12.208)	(11.594)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	11	5
Provisão resgate de milhas cartão	(3)	(8)
Brindes e Doações	(18)	(17)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(9)	49
Receita com atos cooperativos	10.235	9.710
Juros sobre capital próprio	1.509	1.428
Prejuízo fiscal	143	116
Lucros e dividendos	18	45
Outros	25	23
Subtotal	11.910	11.352
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(298)	(242)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	29.520	42.174
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	104.372	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	40.249	126.205
Outros Créditos - Rendas a receber	909	830
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	321	217
Investimentos (Nota 10)	15.256	14.501
Intangível (Nota 11)	2.018	2.303
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	5.785	5.459
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	156.908	131.779
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	7.840	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	7.742	5.739
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.555	442
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.164	5.073
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	6.930	10.048
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	628	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	326	-
Operações de Empréstimos e Repasses	7.343	7.377
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 21)	922	894
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 23)	2.977	2.719

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	33	0,08%	135
Depósitos a prazo	1.028	0,69%	947
Operações de crédito	2.330	0,63%	1.910

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	1.519	1.427

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	216	176
Despesa de aluguéis	477	422
Despesa de comunicação	434	384
Despesa de manutenção e conservação	739	608
Despesa de material	146	159
Despesa processamento dados	192	129
Despesa de promoções e relações públicas	892	668
Despesa de propaganda e publicidade	117	97
Despesa de seguro	97	99
Despesa de serviços do sistema financeiro	682	602
Despesa de serviços de terceiros	269	246
Despesa de serviços de vigilância e segurança	571	467
Despesa de serviços de técnicos especializados	540	587
Despesa de serviços de transportes	252	180
Despesa de viagem	213	113
Despesa de depreciação e amortização	671	526
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	524	470
Dispêndio assistência educacional e social	828	757
Outras despesas administrativas	593	469
Total	8.453	7.159

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.116	1.674
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	6.558	9.596
Reversão de provisões operacionais	2.521	3.224
Outras rendas operacionais	981	895
Total	11.176	15.389

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.079	945
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	231	136
Contribuição Confederação Sicredi	2.529	2.317
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	243	254
Encargos da administração financeira	37	63
Repasse administradora de Cartões	94	100
Repasse administradora de Cartões	388	296
Outras provisões operacionais	2.774	2.306
Outras despesas operacionais	666	673
Total	8.172	7.208

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	113.753	105.586
Coobrigações em cessões de crédito	66	78
Total	113.819	105.664

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	176.153	149.176
Nível I (NI)	175.458	149.176
Capital principal - CP	175.458	149.176
Capital social	68.336	61.175
Reservas de capital	103.440	84.426
Lucros acumulados	5.700	5.878
Ajustes Prudenciais	(2.018)	(2.303)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	495.324	425.210
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	695	846
Margem de Capital (i)	122.754	103.683
Índice de Basileia (PR / RWA)	35,42%	35,08%
Situação de Imobilização (Imob)	9.749	6.050
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,56%	4,06%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Carlos Augusto Dal Molin
Diretor Executivo
CPF: 432.675.300-59

Ramon Halberstadt
Diretor de Operações
CPF: 000.294.530-46

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Espumoso / RS, 20 de fevereiro de 2020.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

-

Alisson Soletti
Conselheiro

Ivania Fatima Bittencourt Birgeier
Conselheiro

Leandro Jorge Bertol
Conselheiro